



Dr. Jaldo de Souza Santos

Mudanças no ensino farmacêutico

Jaldo de Souza Santos,
Presidente do Conselho Federal de Farmácia.
E-mail presidencia@cff.org.br

O Conselho Federal de Farmácia (CFF), através de sua Comissão de Ensino, concluiu dois estudos fundamentais para uma compreensão abrangente e crítica do ensino de Farmácia, no Brasil. Esses estudos serão convertidos em publicações, sob a forma de livros, que iremos distribuir junto às faculdades, bibliotecas públicas, organizações de saúde e, em especial, farmacêuticas.

No centro das abordagens, estão a dificuldade que os cursos de Farmácia têm encontrado para cumprir o que estabelecem as Diretrizes Curriculares, editadas pelo Ministério da Educação, em fevereiro de 2002, e as estratégias para a adaptação das mesmas às mudanças no setor. O ensino farmacêutico experimenta um momento de profunda efervescência. Os estudos concluíram que é impos-

sível se pensar numa carga horária inferior a 4.800 horas para os cursos de Farmácia. Iremos insistir neste tempo mínimo junto ao Ministério da Educação.

Os trabalhos produzidos pelo CFF são fundamentais, por dois aspectos: 1- eles revelam os pontos mais críticos que emperram a adequação dos cursos de Farmácia àquilo que preconizam as Diretrizes Curriculares; 2 - oferecem um modelo repleto de estratégias a ser seguido pelos cursos, com vistas à sua adaptação às mudanças implantadas pelas Diretrizes; 3 – propõem uma carga horária para os cursos de Farmácia.

O primeiro trabalho chama-se “Os desafios da educação farmacêutica”. O título não poderia ser mais expressivo, pois, se há um aspecto que tem marcado o ensino de Farmácia, nos

últimos cinco anos, ele se chama **desafio**. As Diretrizes, frutos de um amplo debate promovido pelo CFF e que mobilizou todos os segmentos envolvidos com a educação farmacêutica, sacudiram o segmento, na busca de um ensino menos tecnicista e mais crítico, humanístico, com formação generalista e focado nas questões sociais do País.

É óbvio que mudanças são instantes difíceis e demandam esforços para adaptações ao que está sendo mudado. O ensino, por exemplo, tem pontos críticos, nesse sentido. Os mais graves são a heterogeneidade e as discrepâncias presentes nos currículos. Mas as dificuldades de adaptação não podem soar como um freio às mudanças.

Para se entender o tamanho do problema no ensino, cito que alguns currículos de cursos ainda não contemplam áreas, como Alimentos, Análises Clínicas e Toxicológicas, além dos conteúdos das áreas humanas e sociais.

Ora, este é um problema que toca na espinha dorsal das Diretrizes, pois, ao criar a formação generalista, elas estabeleceram que o currículo do curso de Farmácia deveria contemplar todas as suas áreas, ou seja, além das citadas acima, entra, ainda, o Medicamento. Deixar uma das áreas de fora é rasgar o texto das Diretrizes que, diga-se de passagem, é

belo, futurista, profundo e implicado com a compreensão social brasileira. E este último é um aspecto capital do texto das Diretrizes. Afinal, os serviços farmacêuticos destinam-se ao bem-estar da sociedade.

A verdade é que ainda resta muito do tecnicismo que marcou o ensino de Farmácia, até o início desta década, e que as Diretrizes pretendem expurgar, em nome de um ensino que seja construído a par da atualização sanitária e social, e que atenda às demandas do mercado. Mercado que, diga-se de passagem, é exigente e moderno.

Importa realçar que não são apenas dificuldades de ordem curricular que foram diagnosticadas pelos estudos elaborados pela Comissão de Ensino do CFF. A ausência de infraestrutura que garanta um bom ambiente de aprendizagem nos cursos também deixa uma lacuna inconcebível em muitas unidades de ensino. Muitos cursos são carentes de bibliotecas, de farmácias-escola, de hospitais-escola, de laboratórios-escola e de outros equipamentos recomendados pelas Diretrizes como peças imprescindíveis ao bom aprendizado.

Já o segundo trabalho desenvolvido pela Comissão de Ensino do CFF, denominado “Modelo referencial para uma formação farmacêutica de qualidade”, expõe um modelo, uma

referência a ser seguida pelos cursos, com o objetivo de se adaptarem às transformações propostas pelas Diretrizes. Este estudo do CFF está repleto de estratégias de adaptações, com este objetivo.

A principal estratégia é a produção de um rigoroso planejamento de curso, com vistas a atender plenamente às Diretrizes, inclusive definindo os conteúdos para as três áreas (Medicamentos, Alimentos e Análises Clínicas e Toxicológicas) e estabelecendo a infraestrutura laboratorial mínima para o desenvolvimento do ensino a ser oferecido.

Sobre a carga horária do curso de Farmácia, a verdade é que é impossível se pensar na formação de um farmacêutico, oferecendo-lhe menos de 4.800 horas. O farmacêutico é um profissional com diversas habilidades e competências. Some-se a elas os novos conhecimentos humanísticos e sociais que o acadêmico tem que assimilar para por em prática.

Com mais estes trabalhos, o Conselho Federal de Farmácia, seguindo uma política que adotamos, larga na frente em seu esforço de lançar, no mercado, profissionais multipotencialmente habilitados em suas áreas técnicas e científicas e cientes de suas responsabilidades sociais enquanto profissionais da saúde.